

Comunicação, Cultura e Turismo: Um estudo sobre o Patrimônio Arquitetônico de Ilhéus¹

Julianna Nascimento Torezani²
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Resumo

Aborda o patrimônio cultural como um atrativo da oferta turística, e nesse caso foi escolhida a cidade de Ilhéus, e seu patrimônio arquitetônico, onde estão registrados os acontecimentos históricos de quase cinco séculos, que demonstram através destes prédios o caráter social, econômico e político de uma comunidade. Este mesmo patrimônio também é palco da criação de personagens do famoso escritor baiano, Jorge Amado. Este artigo elucida discutir os conceitos de comunicação, patrimônio cultural, bens culturais imóveis, memória, patrimônio arquitetônico e a relação entre o turismo e o patrimônio cultural, analisando a cidade de Ilhéus.

Palavras-chave: Comunicação; Patrimônio Cultural; Memória; Preservação; Turismo.

Introdução

Este artigo faz uma análise do patrimônio arquitetônico de Ilhéus a partir da importância histórica e dos valores culturais que nele inseridos. Tem por objetivo analisar a relação existente entre o patrimônio cultural de Ilhéus, através de seus bens culturais imóveis com o turismo.

A partir do levantamento bibliográfico e coleta de depoimentos com historiadores e pessoas que trabalham na Fundação Cultural de Ilhéus podemos obter dados e referencial teórico para discutir o tema abordado. Para efeito metodológico este artigo foi dividido em quatro partes, além das referências bibliográficas, teórico-críticas e eletrônicas.

A primeira parte trata de comunicação em duas abordagens. Primeiro, para usar o conceito de cultura a partir da comunicação, depois a relação entre comunicação e turismo.

Na segunda parte traz uma discussão sobre o conceito de patrimônio cultural, as ações de preservação do patrimônio a partir do SPHAN e da Constituição Federal e a ligação do legado cultural e memória.

¹ Trabalho apresentado ao NP 19 – Comunicação, Turismo e Hospitalidade, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

² Mestranda em Cultura e Turismo da UESC/UFBA, com o projeto: O Patrimônio Cultural de Ilhéus em *Sites* Informativos de Turismo. Grupo de Pesquisa do CNPq: Representações Identitárias Híbridas da Nação. Bacharel em Comunicação Social – Rádio e Televisão pela UESC, com a monografia “As imagens fotográficas de Ilhéus: um patrimônio cultural”. Participação em 3 exposições fotográficas e 3 projetos de pesquisa como bolsista da UESC. Apresentação de 14 trabalhos em eventos científicos. Publicação de 6 trabalhos em livros científicos. E-mail: julianna_torezani@yahoo.com.br.

O patrimônio arquitetônico de Ilhéus foi tratado na terceira parte a partir dos dados históricos da cidade desde o século XVI.

A quarta parte, aborda o turismo, especificamente a questão do turismo cultural e discute a ligação do turismo com a gestão do patrimônio cultural em Ilhéus.

Assim, é possível fazer, através deste artigo, uma discussão sobre os conceitos de comunicação, cultura e turismo em relação ao patrimônio arquitetônico de Ilhéus, sua preservação e como está sendo “formatada” a cultura para o turismo no município de Ilhéus.

1. Comunicação

Comunicar é inerente ao homem. É uma necessidade de auto-afirmação, pois vai além de si mesmo. É expor o universo onírico, é reviver desejos, é a criação de imagens. A imagem que torna o homem imortal, o homem morre, mas suas produções imagéticas o imortalizam. É uma representação visual para evocar uma semelhança que vai da sabedoria à diversão, da imobilidade ao movimento, da religião à distração, da ilustração à analogia, da linguagem à sombra.

Através da imaginação o homem sente necessidade de deixar vestígios, marcas, seja através de desenhos em pedra, seja em imagens computadorizadas. Bordenave (2001, 25) coloca que “a comunicação é um processo natural, uma arte, uma tecnologia, um sistema e uma ciência social. Ela pode ser um instrumento de legitimação de estruturas sociais e de governos, como também a força que os contesta e os transforma”. A comunicação assim interage com os elementos de identidade, importantes para os processos de socialização humana.

Comunicar é transmitir informações, através de diferentes formas e em diversos meios, de acordo com o momento histórico. Com o homem pré-histórico os sons são expressos através de gritos e grunhidos, que determinam o significado das ações. Depois são inseridas nos processos comunicativos as cenas gravadas nas cavernas, as batidas dos tambores, os instrumentos de sopros, as tochas acesas em lugares altos, as viagens a cavalo, os telégrafos visuais, as publicações impressas, as fotografias, as produções cinematográficas, as ondas de rádio, as imagens de televisão, as transmissões dos satélites, os sistemas computacionais...

Ao abordar a história das tecnologias da comunicação, podemos dividi-la em três fases. Primeiro, temos a fase da oralidade, em que os conhecimentos são passados através das narrativas, a memória é auditiva, fundada sobre as lembranças dos indivíduos. O som está ligado às mais primitivas experiências do ser humano, ainda mais porque grande parte dos

nostros conhecimentos nos foram transmitidos oralmente. Na fase da escrita, a transmissão do saber é através de teorias e interpretações impressas, a memória é objetivada no escrito pela acumulação de informações, o tempo é medido de forma linear e histórico. A fase digital insere o hipertexto, o conhecimento pode ser apresentado por simulação, o tempo é imediato e instantâneo através da Internet, a memória está em permanente transformação.

A partir da comunicação vamos conceituar cultura e analisar a relação com o turismo. Em que através dos meios de comunicação o turismo pode vir ter uma outra abordagem, para sistematizar e alavancar esta atividade.

1.1. Comunicação e Cultura

Comunicando-se, o homem divide com seus semelhantes sua visão de mundo. Este conjunto de descobertas e criações do homem, que passa de geração em geração, chama-se cultura. A partir da comunicação, as pessoas compartilham idéias, experiências, sentimentos, transformando-se mutuamente e a realidade onde estão inseridas.

A cultura, entendida como as formas de organização simbólica do gênero humano remete a um conjunto de valores, formações ideológicas e sistemas de significação, que orientam o desenvolvimento técnico e as práticas produtivas, e que definem os diversos estilos de vida das populações humanas no processo de assimilação e transformação da natureza (Leff, 2000, 123).

Através da cultura, como elemento de identidade de um povo e de um local, onde insere a ideologia e os significados destes, vai orientar, como afirma Leff, o desenvolvimento local, de acordo com os processos enunciativos, respeitando a alteridade, a partir das diferenças existentes na sociedade da pós-modernidade.

A cultura também é moldada pelos meios de comunicação, numa relação em que, por um lado, as linguagens midiáticas se apropriam da cultura para lançamentos de produtos comercializáveis, como moda, e, por outro, a mídia modifica a cultura, agregando valores e significados, que, ao serem apresentados ao público, insere mais ainda a questão do consumo, como relata Alves (19-- , 94) que “a cultura que vem sendo se difundido mundialmente, desde os anos 50, é fundamentada nos valores do desempenho pessoal, do êxito individual e do consumo, e tem, como difusores, os produtos da indústria cultural (cinematográfica, fonográfica, editorial, de lazer, publicitária etc.)”.

Ao se apropriar da cultura para o mercado a mídia estabelece novos tipos de consumidores, os de massa e de pequenos grupos. A origem desta nova relação está no processo entre a multiculturalidade e a globalização. Em que os símbolos nacionais são criados, vendidos e consumidos a partir dos meios de comunicação. São inseridos assim novos elementos na identidade nacional, por isso temos tanto consumidores de massa quanto de minorias, que buscam peculiaridades, numa visão fragmentária do mercado, que se estabelece de acordo com a segmentação.

1.2. Comunicação e Turismo

No mundo globalizado, é a cultura que nos dá o direito à diferença, assim, é o universo da escolha, da opção, da produção, circulação e consumo de sentido e de valor que decorrem da ação social através de mecanismos de identificação.

O turismo a partir da comunicação trata dos atrativos turísticos, limitados apenas aos conhecimentos a partir da mídia, quando visita-se lugares pela televisão, em programas de emissoras abertas ou em produções de documentários, as expressões culturais peculiares a cada local viram notícias, que mudam a cada dia, mudando também a questão da cultura a partir dos meios de comunicação, como explica Canclini:

De qualquer modo, as vantagens das elites tradicionais na formação e nos usos do patrimônio se relativizam frente às transformações geradas pelas indústrias culturais. A redistribuição maciça dos bens simbólicos tradicionais pelos canais eletrônicos de comunicação gera interações mais fluidas entre o culto e o popular, o tradicional e moderno. Milhões de pessoas que nunca vão aos museus, ou só ficaram sabendo de passagem do que exibem através da escola, hoje vêem programas de televisão graças aos quais esses bens entram em suas casas. É como se fosse desnecessário ir vê-los: as pirâmides e os centros históricos viajam até a mesa em que a família come, tornam-se temas de bate papo e misturam-se aos assuntos do dia. (Canclini, 1998, 197).

Ainda mais quando o meio de comunicação, como a televisão e a Internet substitui a viagem. Marcondes Filho coloca ainda que (1994, 64) “o que garante que as coisas de fato existem é o fato de serem veiculadas pelos meios de comunicação”. Assim, as pessoas conhecem vários pontos do mundo através de seus suportes midiáticos, com programas e documentários que enquadram o local e suas características sócio-culturais, a partir da visão do consumo mediatizado, muitas vezes para vender o local a ser visitado. E as pessoas buscam conhecer estes locais por causa da mídia, quando: aparece em vários programas de televisão; é freqüentado por artistas; ou, foi usado como locação para gravação de novela,

filme ou programas de outros gêneros. A visita eletrônica motiva à viagem até o local, quando não é feita apenas pela tela.

2. Patrimônio Cultural

Como a cultura é o que nos torna singulares, o patrimônio, enquanto expressão cultural é que vai edificar os costumes, a política, os interesses econômicos e as características do lugar. Segundo Eunice Durham (apud Pellegrini, 1997, 92), "o homem é um animal que constitui, através de sistemas simbólicos um ambiente artificial no qual vive e o qual está continuamente transformado. A cultura é, propriamente, esse movimento de criação, transmissão e reformulação desse ambiente artificial". Assim, o patrimônio arquitetônico de um lugar demonstra os traços culturais da comunidade, onde está inserido.

A cultura é dinâmica, está sempre em transformação e a partir dela entendemos as modificações que ocorrem no patrimônio arquitetônico no decorrer dos séculos, sejam as reformas públicas, as preservações, as mudanças gerais, a pluralidade arquitetônica ou purismo de linha, a cada momento vai ser refletido o pensamento, os saberes, os símbolos e as criações e recriações das pessoas no local em que habitam.

Pellegrini (1997, 90, 91) coloca que “atualmente, o significado de patrimônio cultural é muito amplo, incluindo outros produtos do sentir, do pensar e do agir humano – o que no conjunto se poderia definir como o meio ambiente artificial”.

Existem diversas manifestações populares que fazem parte da nossa cultura, desde festas, gastronomia, arte, enfim, numa pluralidade cultural que torna cada local único e para ser valorizado pela comunidade e conhecido por várias pessoas.

O professor francês Hugues de Varine-Boham, divide o patrimônio cultural em três grupos: elementos naturais, como os rios, as matas, as praias; elementos do saber, as técnicas e artes que o homem utiliza para sobreviver, como saber cozinhar, desenhar, transformar, dançar, esculpir; e, bens culturais que surgem a partir dos outros dois grupos que são objetos, artefatos, construções.

Os bens culturais se dividem em móveis, que são setoriais e possíveis de serem colecionados como fotografias, selos, moedas, lendas, músicas, festas populares; e, imóveis que são as edificações como igrejas, residências, fortes, prédios, ruas, cidades.

Todavia, neste trabalho utilizo a denominação de patrimônio cultural de uma nação quando trata das construções, dos costumes, da culinária, dos usos, das formas de organização, dos pertences, tudo que seja representativo de uma geração. Pois os “bens

culturais não têm em si sua própria identidade, mas a identidade que os grupos sociais lhe impõem” (Menezes, 2002, 93). Assim, ao analisar o patrimônio cultural de um determinado local, este deve no primeiro momento está ligado a identidade do grupo que nele está representado.

2.1. Preservação do Patrimônio Cultural

O interesse de se preservar o patrimônio cultural está ligado ao fator político, ao fator econômico, principalmente voltado à indústria do turismo, porque esses bens culturais diferentes de cada local é o que atrai o turista, e também ao fator social, porque estará sendo preservada a identidade de um povo, da sua própria história. Assim, Lemos (1981, 29) afirma que “preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares”. E determinar o que deve ser preservado é uma decisão ideológica, que deve passar pela esfera política e em diálogo com a comunidade.

Quanto ao fator econômico, Choay explica que o patrimônio tem uma inclinação para o mercado para os países que o valorizam e o utilizam no desenvolvimento do turismo.

O patrimônio histórico arquitetônico se enriquece, então, continuamente, com novos tesouros que não param de ser valorizados e explorados. A indústria patrimonial, enxertada em práticas com vocação pedagógica e democrática não lucrativa, foi lançada inicialmente a fundo perdido, na perspectiva e na hipótese do desenvolvimento e do turismo. Ela representa hoje, de forma direta ou indireta, uma parte crescente do orçamento e da renda das nações. Para muitos estados, regiões, municípios, ela significa a sobrevivência e o futuro econômico. E é exatamente por isso que a valorização do patrimônio histórico representa um empreendimento considerável (Choay, 2001, 225, 226).

Em 1937 foi criado o SPHAN, que é o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que tem como objetivo preservar os bens móveis e imóveis existentes no país que tenham valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, com o intuito de não deixar esquecer ou deteriorar os objetos materiais e as expressões imateriais bem como a memória coletiva. Esse órgão foi criado a partir do anteprojeto de lei de Mário de Andrade, para dar uma visão sistemática da preservação e resguardar a totalidade dos bens culturais de nosso patrimônio cultural, definido-o como arte, foi agrupada em oito categorias: arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e estrangeiras. Nos anos em que o SPHAN foi dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade foram tombados e restaurados vários bens arquitetônicos.

A Constituição Federal de 1988 também trata do patrimônio cultural do país, no Artigo 24, a lei diz que compete à União, aos Estados e ao distrito Federal a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico. No artigo 216 que trata da cultura diz que “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomadas individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, incluindo aí os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

2.2. Patrimônio Cultural e Memória

A memória assegura a reprodução social, age na construção cultural e na formação da imagem nacional para reforçar a identidade individual, coletiva e nacional. Enquanto instrumento da identidade, abrange e ressignifica os símbolos de comunidades, para dar legitimidade aos grupos sociais, quando se apresenta como sistema organizado de lembranças, de acordo com as mudanças ocorridas na história, ao mesmo tempo em que unifica e integra a ideologia do povo.

O conceito de patrimônio nos remete ao conceito de memória quando se trata da preservação do mesmo. Como afirma Octávio Paz (apud Macedo, Ribeiro, 1999, 17), escritor mexicano, Prêmio Nobel de Literatura de 1990: “A destruição da memória afeta não apenas o passado, como também o futuro. Para mim, a memória é a forma mais alta da Imaginação Humana, não apenas a capacidade automática de recordar. Se a memória se dissolve, o homem se dissolve”. A partir da memória também são definidas as relações humanas, em que são feitas as opções do que deve ser preservado do patrimônio cultural, definindo os elementos representativos de uma comunidade.

O patrimônio enquanto legado cultural é a forma edificada da identidade de um povo, assim Menezes (1990, 30, 31) define que “a memória é suporte de identidade. [...] Sendo construção, criação e mobilização de imagem. [...] A memória é que funciona como instrumento biológico-cultural de identidade, conservação, desenvolvimento, que torna legível o fluxo dos acontecimentos”. A memória evoca o passado para rever o presente e garantir a identidade, em sua dimensão coletiva está gravada nos bens culturais, dos monumentos aos depoimentos das pessoas.

3. Patrimônio Arquitetônico de Ilhéus

Ao conceituar patrimônio cultural, observamos que este é um conjunto muito amplo de elementos. Por isso, vamos delimitar neste trabalho ao estudo dos bens culturais imóveis da de Ilhéus, onde as edificações constituem o patrimônio arquitetônico da cidade.

Ilhéus é uma cidade que tem 470 anos, localizada na Região Sul da Bahia, foi Capitania Hereditária de São Jorge dos Ilhéus, e principal cidade na época do ciclo do cacau, situada a 462 Km de Salvador.

O patrimônio cultural de Ilhéus começou a ser constituído quando o loco-tenente Francisco Romero que vinha, sob a ordem de Jorge Figueiredo Correia estabelecer a posse da capitania recebida do Rei de Portugal D. João III, fixou-se no outeiro de São Sebastião, onde foram edificadas as primeiras casas, a primeira igreja e as primeiras fortificações (Macedo, Ribeiro, 1999, 21).

A cidade começou a ser construída no século XVI com estrutura colonial. Para o Prof. Arléo Barbosa (2004, 03) “a Vila cresceu, os canaviais desenvolveram-se e os engenhos surgiram com a sua típica auto-suficiência na política da plantation açucareira”. No final deste século a produção de açúcar entrou em decadência e a Vila passou a sobreviver da venda de madeira para estaleiros da Bahia e de Portugal. Nos séculos XVII e XVIII, a cidade sofre invasões de estrangeiros franceses, holandeses e algumas enfermidades.

No século XIX, começa o povoamento da parte baixa da cidade. Andrade (2003, 29) coloca que “em 1815, São Jorge dos Ilhéus era uma vila com algumas ruas cobertas de capim e de cabanas baixas, sem uma casa sólida, quando recebeu a visita do príncipe austríaco Maximiliano Alexandre Felipe de Wied-Neuwied”. Também nesta época, a 28 de junho de 1881, pela Lei nº 2.187, a vila São Jorge dos Ilhéus passou à categoria de cidade.

No século XX, começa a epopéia do cacau, árvore dos frutos de ouro, produtora do decantado manjar dos deuses, que de acordo com a lenda mexicana, o deus Quetzalcóatl, dos astecas, adquiriu imensurável sabedoria. Nas décadas de 20 e 30, é a fase áurea do cacau, mas, na década de 80, há o declínio da lavoura cacauera por causa de uma praga que ataca a plantação conhecida como vassoura-de-bruxa. E, na década de 90, o turismo surge como uma das alternativas para superar a crise, além de outras atividades como a pecuária, a indústria, a piscicultura e a fruticultura.

Deve-se levar em conta, ao analisar o patrimônio histórico de Ilhéus, as reformas urbanas que modificaram de forma significativa o patrimônio arquitetônico da cidade. Em poucos lugares são encontrados os traços coloniais, na medida em que a maior parte dos prédios foi construída a partir das primeiras décadas do século XX, sendo exemplo a Catedral

de São Sebastião em estilo eclético, no centro da cidade, erguida no lugar de uma Capela em estilo colonial com o objetivo de demonstrar o poder econômico advindo da comercialização do cacau.

De acordo com o órgão de Proteção ao Acervo Cultural da Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo da Bahia de 1988, que trata dos monumentos e sítios do Litoral Sul da Microrregião Cacaueira, constam do inventário os seguintes lugares de Ilhéus: Matriz de São Jorge, Prefeitura Municipal, Casa da Boa Vista, Palacete Ramiro de Castro, Casa a Rua 28 de Junho, Casa da Fazenda Retiro, Capela de São Tiago, Casa da Fazenda Paraíso, Casa Grande da Fazenda Cordilheira, Casa Mal Assombrada, Casa da Fazenda Primavera, Casa Grande da Fazenda Almada, Capela de Santana e Igreja de N. S. da Escada.

Uma parte do patrimônio de Ilhéus é protegido pela Lei 2.312 de 01 de agosto de 1989, da gestão do Prefeito João Lyrio, que cria e delimita o “Centro Histórico da cidade de Ilhéus”, constituído por monumentos históricos pela referência simbólica que representam para a cidade. É considerada uma área que devem ser mantidas as características arquitetônicas, artísticas e decorativas, como as fachadas e os telhados dos prédios. Alguns dos imóveis inventariados nesta lei são o Palacete Misael Tavares, o Grupo Escolar Gal. Osório, o Bataclan, a Casa Brasil, o Palacete de Ramiro Berbert de Castro, e outros. No parágrafo 1º do artigo 4º é relatado que “define-se como área de proteção rigorosa aquela em que os elementos da paisagem construída ou natural abrigam ambiências significativas da Cidade, tanto pelo valor simbólico, associado à história, quanto por sua importância cultural, artística e paisagística”.

Hoje, Ilhéus é uma cidade que busca, através do turismo e de várias outras atividades econômicas, se reerguer. Conta com ambientes acadêmicos para pesquisa, mas precisa de ações, por parte do poder público e da comunidade, para com o seu patrimônio cultural; valorizando não só os bens culturais imóveis, bem como o patrimônio imaterial, resgatando, preservando e reconfigurando festas, tradições religiosas, cultos afros e demais expressões artístico-culturais desta localidade.

4. Turismo

O homem utiliza da viagem como uma forma de buscar o novo e realiza esta vontade pelo turismo, através do deslocamento vivencia novas experiências, conhece lugares e culturas diferentes e troca conhecimentos com outros povos. É uma atividade que necessita de três elementos essenciais: os atrativos turísticos naturais (como praias, rios, matas, sol) e culturais (como monumentos históricos, museus, teatros, festas, manifestações artísticas);

equipamentos e serviços (hotéis, restaurantes, transportes etc.); e, infra-estrutura de apoio como sistema de comunicação, segurança, médico-hospitalar, entre outros. O turismo é uma atividade econômica que está ligada ao setor de serviços e oferece empregos diretos como em hotéis, agências de viagens, aeroportos e empregos indiretos, como em locadoras de veículos, bares e lojas.

Segundo Beni (2000, 168), “o turismo é um elemento importante da vida social e econômica da comunidade regional. Reflete as aspirações legítimas das pessoas no sentido de desfrutar de novos lugares, assimilar culturas diferentes, beneficiar-se de atividades ou descansar longe do local habitual de residência”. A partir disto, viajar também implica conhecer a cultura de um povo, e assim há uma busca de forma evidente do turismo cultural.

O turismo enquanto atividade que trata das viagens e do lazer, ao mesmo tempo, promove a cultura do local, principalmente em roteiros que tratam do turismo cultural. Para Avighi (2000, 104) “a nova concepção de turismo instala uma aliança entre o planejamento econômico-financeiro e de infra-estrutura e a percepção mais ampla, digamos assim, interessada por bens culturais e estilos de vida e que provoque a imaginação”. Assim o turismo deve trabalhar com o espaço da comunidade existente, redescobrando seus valores, seus sentidos e suas riquezas culturais que serão valorizados através dos viajantes para ter contato com a identidade que os grupos sociais impõem aos bens culturais.

4.1. Turismo Cultural

O patrimônio histórico-cultural além de outras coisas nos possibilita a busca pela continuidade da experiência humana, o turismo cultural possibilita vivenciar esta experiência, onde permite que as pessoas entrem em contato com outros modos de vida, de conhecimento, de crenças, de valores e de expressões culturais.

Por turismo cultural entendemos a viagem em busca de novos conhecimentos a partir da herança histórica, artística e científica de uma comunidade para: saber os hábitos de outras populações; conviver com pessoas de culturas diferentes; participar de manifestações artísticas; experimentar outros modos de vida; e, desfrutar dos conhecimentos de outros povos e suas expressões, que inclui visitas a ruínas, teatros, grutas, museus, templos, monumentos, centros de peregrinação, sítios arqueológicos entre outros. A atração cultural torna-se a principal motivação da viagem, existindo uma relação intrínseca entre patrimônio e turismo cultural, onde as localidades turísticas se apresentam de acordo com os fatores culturais

através do artesanato, da gastronomia, da arquitetura, da história e das apresentações artísticas.

A partir do turismo cultural vários aspectos podem ser explorados para atrair visitantes. Através da arte, desde objetos plásticos da pintura, da escultura, do artesanato, das peças de museu, como de expressões populares com as festas, os eventos religiosos, os carnavais, os festivais, os jogos etc. Através da gastronomia típica que é bastante valorizada pelos turistas, com pratos representativos da culinária local, bem como o modo de preparar a comida. E através da arquitetura histórica, em que há sempre uma demanda de turistas que se deslocam para conhecer edificações únicas, que representam as características de um povo, e através dos prédios é possível contar a história de uma civilização.

A ousadia é que faz grandes idéias tornarem-se realidade. A vontade política, o olhar lúcido e comprometido com o bem estar social, também. Mas é necessário que isso esteja aliado à idéia de um desenvolvimento comprometido com a cultural local. Assim, é possível um turismo cultural garantidor da preservação do patrimônio cultural e natural. Somente dessa forma, a sustentabilidade não se restringirá a aspectos econômicos, mas também atentará para o respeito aos cidadãos e às comunidades locais (Simões, 2001, 02).

O patrimônio cultural é importante para as atividades turísticas, pois o turismo é o eixo da promoção e da divulgação da cultura, inclusive através do imaginário popular, garantindo também o desenvolvimento sustentável da localidade. O turismo cria o espaço do encontro, de um lado está a cultura do anfitrião, do outro, está a cultura do visitante.

O turismo na pós-modernidade vai ser formatado pela alteridade, neste período, diferente da modernidade que o turismo era organizado para a massa, é planejado para pequenos grupos, que buscam peculiaridades em suas viagens. De acordo com o processo de globalização, o turismo passa a ter uma visão fragmentária, sendo altamente segmentado, oferecendo aos clientes roteiros diferenciados, o turismo cultural assim é privilegiado quando os turistas querem experiências individuais, motivadas a conhecer e pesquisar os lugares escolhidos por motivos pessoais que vai além do lazer, e sim como afirmação da diferença.

4.2. Turismo e Patrimônio Cultural de Ilhéus

O patrimônio cultural enriquece a atividade turística local com o “diferencial” procurado pelos viajantes e o turismo preserva e reconfigura os bens culturais, importantes para a memória, enquanto elementos do legado cultural e histórico de um povo.

Em se tratando do patrimônio arquitetônico de uma localidade, este é capaz de desencadear o turismo cultural, na medida em que esse desperta a curiosidade do visitante quanto a lugares como ruas, igrejas, santuários, palácios, castelos, fortes militares, arcos triunfais, sedes de fazendas, conjuntos residenciais, cemitérios, túmulos, prédios públicos, ruínas, monumentos, museus, teatros, fortalezas, conjuntos arquitetônicos, cidades inteiras.

Em Ilhéus, temos muitos lugares que fazem parte do patrimônio cultural, entre os bens culturais imóveis podemos lembrar como atrativos turísticos. No Quarteirão Jorge Amado temos a Catedral de São Sebastião, inaugurada na década de 60, ao lado do famoso Bar Vesúvio, imortalizado na obra de Jorge Amado, próximo deste está o Teatro Municipal de Ilhéus, antigo Cine-teatro Ilhéos, mais adiante encontra-se a Casa de Cultura Jorge Amado, um museu com objetos e fotos do escritor no local onde passou a infância, outro prédio é a Casa dos Artistas é um espaço cultural que abriga teatro e museu, logo depois temos o imponente Palácio Paranaguá, que a sede da Prefeitura Municipal localizado na Praça J. J. Seabra, onde também está o Palácio da Associação Comercial da década de 30.

Na baía do Pontal, onde estava localizado o antigo porto está o Bataclan, hoje reconfigurado como espaço cultural e o prédio Ilhéus Hotel, que hospedava os viajantes que desembarcam nas imediações do porto. Em outro ponto da cidade está a Igreja de São Jorge, ainda com estilo colonial desde o século XVI e o Palácio Misael Tavares, onde está a sede da Loja Maçônica Regeneração Sul Baiano. No antigo Grupo Escolar Gal. Osório estão instalados a Biblioteca Pública Municipal Adonias Filho e Arquivo Público Municipal João Mangabeira.

A Igreja de Nossa Senhora da Vitória que abriga em seu conjunto o Cemitério Municipal passou por diversas reformas com estilos diferentes, próximo a esta edificação encontra-se o Conjunto Arquitetônico da Piedade, composto pelo convento, capela, escola e museu e também abriga o Palácio Episcopal, hoje prédio de uma escola pública. Nos distritos de Ilhéus temos a Capela de Nossa Senhora de Santana, considerado um dos templos mais antigo da Bahia de 1563 e em Olivença está a Igreja de Nossa Senhora da Escada de 1700.

Quando se discute porque o patrimônio cultural deve ser preservado, analisamos os interesses envolvidos nesse processo. A partir dos interesses econômicos, há a preservação do patrimônio em função do turismo, tornando a cultura uma mercadoria, um produto. Assim, o patrimônio cultural passa a ser mais preservado na medida em que o interesse turístico por prédios históricos, torna-os economicamente viáveis, ao serem ressignificados. Em que muitos lugares, são transformados em centros culturais, museus, restaurantes, pousadas,

centros de eventos, entre outras atividades, que visam a se beneficiar dos monumentos históricos para atrair turistas e, conseqüentemente, obter lucros diretamente do uso e da potencialidade do local.

Deve-se ter o cuidado para que o turismo não transforme a cultura em negócio, em um produto turístico. Um exemplo disso está acontecendo em Ilhéus, o prédio do Memorial da Cultura Negra, espaço das expressões afro-brasileiras, foi fechado no Bairro da Conquista, em função da mudança para outro imóvel no centro da cidade, para torná-lo um ponto apenas turístico, para facilitar a visita dos turistas. Em entrevista com a Sra. Adriana Castro, assessora da Presidente da Fundação Cultural de Ilhéus é relatado que:

O Memorial da Cultura Negra tem uma sede num lugar meio impróprio [...], é uma discussão muito grande sobre isso, uma das preocupações da Fundação é trazer o Memorial da Cultura Negra mais para o centro, nós estamos procurando um imóvel, que parece que está em via de se resolver, um imóvel numa localização estratégica em Ilhéus, há um projeto de retornar com um certo vigor, dentro do possível evidentemente o trabalho do Memorial

O que ela quis dizer com localização estratégica para a Fundação Cultural de Ilhéus? Será que, na mudança, houve diálogo com a comunidade que faz parte do Memorial da Cultura Negra? Acredito que esta “estratégia” seja apenas interesse político em função do interesse econômico para aumentar as divisas do turismo e tornar um espaço “apenas para turista ver”.

Além disso, para garantir a atividade turística de forma organizada é necessário várias ações, como: limpeza e higiene da cidade; preservação ambiental; educação da população para se ter um pessoal qualificado para trabalhar com o turismo; e, a preservação do patrimônio histórico-cultural.

5. Considerações Finais

O turismo só funciona eficientemente quando a comunidade é beneficiada com a atividade. Porque quando a comunidade conhece sua cultura e sua história, sabe immortalizar suas tradições, suas expressões, seus costumes, e assim cabe ao poder público incluir a população em suas ações, levando em consideração o valor atribuído por uma comunidade ao patrimônio local. Logo, a atividade turística passa a ser nisto como elemento capaz de alavancar a economia local, ao mesmo tempo em que os bens patrimoniais constituem fator de

orgulho e inclusão social, na medida em que se apresentam como símbolo identitário. Assim, a história local se torna um instrumento do saber e da prática turística.

Deve haver uma preservação ativa em relação ao patrimônio, que ressignifique tanto as edificações históricas quanto os objetos que representam as características de um povo. O bem patrimonial assim pode revitalizar e integrar espaços e necessidades da comunidade, através de centros culturais e locais para eventos, cursos, exposições artísticas, museus, apresentações teatrais, feiras, exposição gastronômica, festivais, festas, saraus, enfim tornando útil para população e rentável financeiramente, e atendendo ao mesmo tempo as atividades do turismo.

O turismo é organizado a partir dos atrativos naturais e culturais, no misto entre as belezas naturais e o simbolismo, o imaginário e todo o patrimônio cultural do povo. Em Ilhéus, já existem algumas ações da tentativa de formatação e de preservação de produtos turístico-culturais, como exemplo, o Quarteirão Jorge Amado e a ressignificação do Bataclan.

A relação do patrimônio arquitetônico de Ilhéus com o turismo cultural está diretamente ligada aos fatores econômicos, políticos e sociais. Ao fator econômico pelo retorno financeiro que os bens patrimoniais podem gerar pelo uso em atividades turísticas; ao fator político, pelo interesse que o poder público venha a dispensar para este setor, de acordo com os projetos a serem desenvolvidos, inclusive com parcerias com a iniciativa privada; e, ao fator social, em que a comunidade tem uma relação de identificação com os bens culturais, que são importantes para a memória coletiva, contando, através das edificações, os fatos históricos e sua representação simbólica. Assim, todo o patrimônio cultural da cidade deve ser preservado e ressignificado por ações não apenas da prefeitura e sim por um sistema organizado entre a esfera pública, a iniciativa privada e a comunidade.

Referências

ALVES, J. F. *Com que cara chegaremos ao terceiro milênio?* In: *Identidade Nacional em Debate*. [S. l. : s. n.]. 88-105 p.

ANDRADE, M. P. *Ilhéus: passado e presente*. 2 ed. Ilhéus, BA: Editus, 2003. 144 p.

AVIGHI, C. M. Turismo, Globalização e Cultura. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Orgs.) *Turismo: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2000. p. 102-106.

BARBOSA, C. R. A. Síntese Histórica de Ilhéus. In: *Revista Ilhéus 2004 – Edição Comemorativa do Aniversário de 470 Anos da Cidade*. Ilhéus: Ass. de Comunicação Social do Município, 2004. Ano 6. p. 3-5.

- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Artigos 24 e 216.
- BENI, C. M. Política e estratégia regional – Planejamento integrado e sustentável do turismo. In: LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. (Orgs.) *Turismo: Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2000. p. 165-171.
- BORDENAVE, J. E. D. *Além dos Meios e Mensagens*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CANCLINI, N. G. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana R. Lessa e Heloísa P. Cintrão. 3 ed. São Paulo: Edusp, 1998. 385 p.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano V. Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001. 282 p.
- IPAC-BA: Inventário de Proteção ao Acervo Cultural; monumentos e sítios do Litoral Sul*. Salvador: 1988, v. 5. Bahia: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo da Bahia. Microrregião 154 – Cacaueira. P. 223-250.
- LEFF, E. *Ecologia, Capital e Cultura*. Blumenau: Edifurb, 2000.
- LEI MUNICIPAL 2.312, de 01/08/89*. Jornal Oficial do Município de Ilhéus – 15/08/89. Estado da Bahia. Prefeito João Lyrio, 4 p.
- LEMOS, C. A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981. 116 p.
- MACÊDO, J. R.; RIBEIRO, A. L. R. *Ilhéus: Tempo, Espaço e Cultura*. Itabuna: Agora, 1999. 110 p.
- MARCONDES FILHO, C. *Sociedade Tecnológica*. São Paulo: Scipione, 1994. 111 p.
- MENEZES, U. T. B. de. *Memória Municipal, História Urbana*. Revista CEPAM. São Paulo, n° 1 (4), p. 29-32, out-dez, 1990.
- _____. Os “usos culturais” da cultura – Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 88-99.
- PELLEGRINI FILHO, A. *Ecologia, cultura e turismo*. 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- SIMÕES, M. L. N. *Turismo cultural e sustentabilidade: exemplo da região do sul do estado da Bahia, Brasil*. I Congresso Virtual Internacional de Cultura e Turismo. www.naya.org.ar/turismo/congreso Argentina. Outubro de 2001 b.